

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC (FN) MARCO AURÉLIO DA SILVA

A IMPORTÂNCIA DAS OPERAÇÕES RIBEIRINHAS NO CONTEXTO ESTRATÉGICO
DO CENÁRIO AMAZÔNICO

Rio de Janeiro
2009

CC (FN) MARCO AURÉLIO DA SILVA

A IMPORTÂNCIA DAS OPERAÇÕES RIBEIRINHAS NO CONTEXTO ESTRATÉGICO
DO CENÁRIO AMAZÔNICO

Monografia apresentada à Escola de Guerra Naval,
como requisito parcial para a conclusão do Curso de
Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CF Jéferson Denis Cruz de Medeiros

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2009

RESUMO

O trabalho consiste de um pequeno histórico da conquista do território da Amazônia pelos portugueses e, posteriormente, a delimitação definitiva dos limites do atual território brasileiro, bem como a garantia de sua posse. A região é abundante em riquezas naturais que estimulam a cobiça de nações mais poderosas, que a consideram uma grande fonte de recursos para manter a prosperidade de suas economias. Com o intuito de se analisar a estratégia brasileira para a garantia da soberania na Amazônia, é feito um resumido levantamento das vulnerabilidades da região e ameaças existentes. As características da região destacam a importância das operações ribeirinhas no seu contexto estratégico levando à necessidade de manter forças adestradas e preparadas para executá-las.

Palavras-chave: Amazônia. Estratégia. Operações Ribeirinhas. Soberania.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	4
2	UM BREVE HISTÓRICO, ASPECTOS GEOGRÁFICOS E RIQUEZAS DA AMAZÔNIA.....	6
3	VULNERABILIDADES E AMEAÇAS.....	9
4	O ATUAL PENSAMENTO ESTRATÉGICO MILITAR BRASILEIRO...	14
5	OPERAÇÕES RIBEIRINHAS NO CENÁRIO AMAZÔNICO.....	17
6	CONCLUSÃO.....	20
	REFERÊNCIAS.....	18

1 INTRODUÇÃO

O Brasil conseguiu estabelecer os limites da maior parte de suas fronteiras graças à visão estratégica dos portugueses, mantida mais tarde pelos brasileiros, principalmente através da presença das Forças Armadas.

Sempre se soube das riquezas existentes na região, no entanto, não tem cessado de crescer o seu valor em termos de recursos naturais, hídricos, energéticos e biodiversidade. Por outro lado, as dificuldades de acesso, os imensos vazios demográficos e o clima adverso da região dificultam bastante o controle efetivo da área.

Suas riquezas imensuráveis têm sido objeto de cobiça por grandes potências, principalmente após a escassez de recursos em seus territórios, e tem-se observado a intensa propaganda a respeito da devastação da floresta e desrespeito aos direitos de seus habitantes pelos meios de comunicação, representantes e governantes dessas potências.

Outro fato relevante é a demarcação de imensos territórios de reservas indígenas, inclusive em faixas de fronteira, bem como a existência de inúmeras Organizações não-governamentais (ONG) que atuam nesse território com as mais diversas finalidades.

Diante desses fatos e sobretudo por sua importância estratégica para o país, a região vem despertando a preocupação de nossas autoridades, particularmente das Forças Armadas, que direcionam grande parte de sua atenção à garantia da nossa soberania na região.

A Amazônia é cheia de vulnerabilidades, conseqüência das características da região e paralelamente surgem inúmeras ameaças, de forma que as mais graves podem vir a exigir o emprego de forças militares.

A presença militar estrangeira, próxima a nossas fronteiras na região, também é um fato que não pode ser ignorado e que exige providências, a fim de inibir qualquer tentativa de invasão de nosso território e no caso de concretizar-se, ser possível uma reação imediata de nossas Forças.

Para tal, é necessário um detalhado planejamento estratégico e, nesse sentido, a nossa política de defesa nacional (PDN) especifica várias ações a serem tomadas a fim de minimizar essas vulnerabilidades, e se contrapor às ameaças.

Quanto ao Poder Naval, a Marinha do Brasil (MB) contribui de inúmeras maneiras para o desenvolvimento e garantia da soberania brasileira naquela região, que devido a suas características geográficas, dominada por rios, fazem com que a MB tenha um papel fundamental.

A MB faz-se presente através do patrulhamento de rios, controle do tráfego fluvial, realização de ações cívico-sociais, levantamentos hidrográficos, dentre outras. No entanto, é por meio da realização de operações ribeirinhas (OpRib) que tem mostrado sua capacidade de atuar empregando o uso da força para contribuir com a garantia de nossa soberania.

A MB tem procurado manter seus meios localizados na região em alto nível de adestramento e aprestamento para a realização de OpRib, tendo em vista a importância desse tipo de operação na região de forma a contribuir com as demais Forças para a dissuasão e assim inibir qualquer tentativa de interferência externa em nossa soberania.

Este trabalho, por meio de pesquisa bibliográfica, documental e pela experiência do autor que serviu na região amazônica, visa a fazer uma análise do cenário da região e da estratégia para as operações ribeirinhas.

A relevância desse trabalho consiste em se conhecer a importância das operações ribeirinhas no contexto das estratégias para a garantia da soberania brasileira a serem empregadas na região.

2 UM BREVE HISTÓRICO, ASPECTOS GEOGRÁFICOS E RIQUEZAS DA AMAZÔNIA

Graças à visão estratégica de Sebastião José de Carvalho e Melo, Conde de Oeiras, grande estadista português, mais tarde Marquês de Pombal, o Brasil herdou o imenso e riquíssimo território da Amazônia brasileira.

Tendo em vista a imensidão e a impossibilidade de ocupá-la fisicamente, Pombal delineou a estratégia para mantê-la sob domínio português: controle das vias de acesso do exterior para o interior da região e vivificação dos pontos fronteiriços confrontantes com pontos vivificados do outro lado da fronteira (GAMA E SILVA, 2009).

A fim de conquistar o apoio dos silvícolas à causa portuguesa, Pombal emancipou os índios que habitavam a Amazônia em 6 de junho de 1755. Criou, no mesmo ano, a “Companhia do Grão-Pará e Maranhão”, sociedade cujo capital era composto pelos empresários portugueses, com o propósito de alijar os intermediários no comércio com a região, sobretudo os ingleses (GAMA E SILVA, 2009).

Apesar dessas medidas, a delimitação de nossas fronteiras foi definida há cerca de cem anos, pela obstinação e o talento de Rio Branco¹, quando obtivemos os direitos sobre o conjunto da Amazônia brasileira atual. Todavia, mesmo após a definição de nossos limites, nunca foi desenvolvido, em escala significativa, um modo de ocupação adaptado às condições e às potencialidades da floresta tropical úmida que ali predominam. Enormes extensões permaneceram frouxamente ligadas ao resto do país (BENJAMIM, 2008).

Mais recentemente, o Exército brasileiro empenhou-se em ampliar o nosso controle por intermédio de um projeto denominado “Calha Norte”, que consistiu basicamente no aumento dos efetivos das unidades dispostas ao longo da fronteira, ao norte do rio Amazonas, além da criação de novos grupamentos militares na mesma região. Essa medida não foi de todo eficiente, no que tange ao controle total da região, pois o espaço amazônico não é propriamente continental, assemelha-se a um imenso arquipélago, tal a quantidade de rios e igarapés que cortam o terreno (GAMA E SILVA, 2009).

Por outro lado, a Força Aérea Brasileira praticamente tamponou o espaço aéreo da região, mediante a instalação de uma rede de radares e o estacionamento de aeronaves de

¹ José Maria da Silva Paranhos Júnior, professor, político, jornalista, diplomata, historiador e biógrafo, nasceu no Rio de Janeiro, RJ, em 20 de abril de 1845, e faleceu na mesma cidade, em 10 de fevereiro de 1912.

combate nas bases existentes, com o que o contrabando e o descaminho de materiais de valor decresceram sobremaneira (GAMA E SILVA, 2009).

Apesar desses esforços, ainda há uma série de medidas a serem tomadas a fim de se estabelecer um controle efetivo na região, que, em virtude de estar cada vez mais em evidência devido aos interesses internacionais, tem também despertado a nossa sociedade no sentido de tomar conhecimento de seu valor e a importância de se garantir ali a nossa soberania.

O Brasil tem 9 mil quilômetros de fronteiras com sete países na Amazônia, cujo território equivale a dois terços de todo o país. Em grande parte desses 9 mil quilômetros não há marcos nem qualquer sinal visível de repartição de fronteira. A presença dominante é a natureza, sobretudo na forma de maciços florestais. Além dos índios, estão presentes os pioneiros nacionais, como garimpeiros, barqueiros e “gateiros” (caçadores). Há ainda inúmeros contrabandistas e traficantes de drogas, numa malha de criminalidade que vem crescendo, e um personagem com novo nome para uma velha prática: o biopirata (PINTO, 2002)².

O crescimento da marginalidade dá-se graças às riquezas da região que são conhecidas mundialmente, além ainda, das incalculáveis a serem descobertas.

Madeira de toda espécie, biodiversidades, reserva hidrológica, insumos medicinais, minerais tais quais: petróleo, ouro, quinta maior reserva de ferro, manganês, cobre, zinco, chumbo, cromo, maior reserva comprovada de nióbio do mundo, gás natural, alumínio, maiores reservas de tório e titânio do mundo, quarta maior reserva de estanho, fluorita, lítio, molibdênio, tungstênio, pedras preciosas, diamante, urânio, minerais radioativos, cromo, linhito, entre tantos outros, são exemplos de suas potencialidades (ELIA, 2000; GAMA E SILVA, 2008).

Com relação ao potencial hidrelétrico:

A Amazônia Brasileira poderá dispor de capacidade instalada da ordem de 134 mil megawatts, pouco mais da metade do resto do país (260 mil megawatts) e superior à capacidade instalada de todas as hidrelétricas dos Estados Unidos da América (EUA) (GAMA E SILVA, 2008. p. 121).

² PINTO, Lúcio Flávio. **Três reflexões sobre segurança nacional na Amazônia**. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142002000300011&script=sci_arttext>. Acesso em: 30jun. 2009.

Segundo Gama e Silva (2000), “A posição geográfica e o clima, passado e atual, atuaram no sentido de conferir à Amazônia as qualificações de banco genético sem igual no planeta e de paraíso da biodiversidade”.

Com o despertar da biotecnologia a Amazônia torna-se uma de suas principais fontes de recursos, os genes, para o aumento da produção de alimentos, descoberta de novos medicamentos e aperfeiçoamento dos existentes, para a cura de doenças e produção de energia, que fará crescer ainda mais a sua importância no cenário mundial (GAMA E SILVA, 2008).

Complementando o comentário acima, quanto às riquezas da região, Santos (2000) afirma que: “não pode haver dúvidas acerca do que representa a Amazônia nas suas possibilidades em matérias-primas, vegetais, animais, biomassa, minerais e hídricas”.

Preocupados com tamanho patrimônio, nossas autoridades realizaram tentativas para desenvolvimento econômico da região. Houve a ativação da Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e do Banco da Amazônia, em 1966, e a criação da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), em 1967, que possibilitaram a melhor coordenação dos esforços governamentais, conjuntamente com a disponibilidade financeira e política de incentivos fiscais, facilitando os investimentos produtivos na Amazônia Ocidental (FREITAS, 2001).

Apesar de todo esforço, a Amazônia ainda apresenta inúmeros desafios, principalmente devido à sua grandeza e dificuldades de recursos para investimentos, daí a necessidade de uma análise de suas vulnerabilidades e ameaças a fim de se otimizar os esforços da melhor maneira possível.

3 VULNERABILIDADES E AMEAÇAS

Para defender os seus interesses, o Brasil precisa conhecer suas fraquezas e entender o contexto em que está inserido, ou seja, o cenário internacional e o seu entorno estratégico, o continente sul americano, para a partir daí traçar a sua estratégia, seguindo os ensinamentos de Sun Tzu:

Se conhecemos o inimigo e a nós mesmos, não precisamos temer o resultado de uma centena de combates. Se nos conhecemos, mas não ao inimigo, para cada vitória sofreremos uma derrota. Se não nos conhecemos nem ao inimigo, sucumbiremos em todas as batalhas (SUN TZU, 500 A.C.).

Segundo Júnior (2006), “vulnerabilidade é uma deficiência ou debilidade que oferece vantagem a ser explorada ou aproveitada por um antagonista”. São inúmeras as vulnerabilidades existentes na Amazônia, que abordam vários aspectos: econômicos, sociais, geográficos, dentre outros. Certos de que a cobiça de alguns países é uma ameaça real à soberania brasileira e tendo em vista a crescente escassez de recursos, torna-se relevante considerar essa área mais suscetível a uma intervenção externa.

Como viabilização jurídica para possíveis intervenções na região, há uma crescente pressão por sua internacionalização ou por uma limitação da soberania dos Estados da região sobre ela – soberania restrita ou compartilhada. Tal fato não pode deixar de ser levado em consideração pelos que tratam do problema no país, pois se refere à posse de um bem de grande valor, sem os meios necessários para garanti-lo, o que segundo Vidigal (2008) trata-se de uma vulnerabilidade estratégica³.

Quando fazemos uma análise histórica de situação semelhante, podemos traçar um paralelo, com as devidas proporções, com o que ocorreu no Oriente Médio, no século XX, onde ficou evidente como é explosiva a combinação de recursos estratégicos e sociedades fracas. A mesma combinação está se formando na Amazônia no século XXI. Em vez de petróleo, estão em jogo biodiversidade, água doce, minerais raros e potencial energético (BENJAMIM, 2008).

A importância de se definir as vulnerabilidades está associada à escassez de recursos existentes e nas incertezas quanto ao ambiente internacional, de maneira que as definindo, pode-se então identificar os objetivos e levantar os meios disponíveis a serem empregados.

³ Vulnerabilidade estratégica - Segundo o Alte Vidigal (2001), implica na localização de pontos fracos, onde o país é vulnerável à ação de forças cujos danos podem afetá-lo seriamente.

Elia (2000) nos aponta algumas vulnerabilidades, dentre as quais podemos citar o desconhecimento da região pela maioria da população brasileira, apesar da evidente e incalculável riqueza e do seu valor geoestratégico, que se acentua nas áreas de fronteira.

A baixa densidade demográfica principalmente na banda ocidental, que só pode ser alcançada pelos rios ou por via aérea, acaba por provocar uma articulação maior com os países da fronteira e não com o resto do país.

Centenas de ONG na região, por certo não tanto interessadas em nossa soberania, quanto o são na preservação de seus recursos naturais, servem, de fato, aos interesses nacionais dos países do chamado Primeiro Mundo.

Tem sido freqüente a veiculação pela mídia das agressões provocadas pelas queimadas, bem como o desflorestamento na região para dar espaço ao agronegócio da soja e da pecuária, que tem provocado reação de ambientalistas e ONG no sentido de se tomar medidas para a proteção da floresta.

Outra vulnerabilidade é a constante presença da guerrilha colombiana e sua inegável conexão com o narcotráfico (narcoguerrilha), que se dá em parte pela facilidade de penetração por embarcações procedentes do território colombiano, mediante a utilização da aquavia Içá-Putumayo, principal via de contrabando de armas e de tóxicos após a ativação do projeto SIPAM (GAMA E SILVA, 2009).

Por fim, a quase inexistência de apoio logístico fora de Manaus, que se torna ainda mais grave nas direções ocidentais, constitui-se um problema crucial. Essa dificuldade de apoio logístico impede a presença constante dos navios da Marinha do Brasil (MB) na imensa rede hidrográfica existente, principalmente na Amazônia Ocidental.

Segundo Gama e Silva (2009), com a implantação do Sistema Integrado de Proteção da Amazônia (SIPAM⁴), tornou-se ainda mais urgente a necessidade de uma maior presença da MB, principalmente nas fronteiras, uma vez que grande parte dos bens normalmente transportados pelas aeronaves piratas foram desviados para as hidrovias.

O patrulhamento ainda é frágil e pode ser constatado com o descaminho de madeiras, em toras e serradas e com a entrada de navios estrangeiros pela foz do Amazonas sem qualquer controle, conforme ocorreu em setembro de 2001, quando o navio “Artic Sunrise”, de bandeira inglesa, pertencente à organização não-governamental estrangeira “Greenpeace”, famosa por se intrometer em assuntos internos de outros países, penetrou no

⁴ SIPAM – Sistema Integrado de proteção da Amazônia. Disponível em: < <http://www.sipam.gov.br/>>.

rio para executar a demarcação das terras reservadas para os 361 nativos da tribo “Deni”, estabelecidos entre os rios Xeruã, afluente do Juruá, e o rio Cuniuá, da bacia do Purus.

Ainda poderíamos citar outras vulnerabilidades, no entanto a partir das anteriores já é possível ter uma concepção dos problemas que afetam a região, as quais, associadas às ameaças ali presentes, agravam ainda mais a situação, o que nos leva a refletir sobre as medidas que estão sendo tomadas para a garantia de nossa soberania.

Ameaça é uma representação, um sinal, uma percepção de uma situação não desejada, que pode afetar a existência de quem a percebe. Pode ser de origem externa ou interna ao meio ambiente do ameaçado. A ameaça caracteriza-se pelo fator “intencionalidade” por parte do seu promotor. Ameaça é distinta de risco, perigo, vulnerabilidade e agressão (JUNIOR, 2006).

Elkfury (2001) afirma que as ameaças que poderiam gerar crise ou conflitos na Amazônia são de caráter difuso: agressões ao meio ambiente (garimpo, exploração ilegal de madeira, incêndios, etc) ou a grupos indígenas; crimes transnacionais (contrabando, narcotráfico); ou a atuação de forças estrangeiras, sejam elas regulares ou não.

Em relação às ameaças, há três situações bem distintas nas quais a solução militar pode ser aplicada quanto às ameaças: a primeira considera a possibilidade de uma disputa territorial escalar para um clássico conflito entre Estados; a segunda contempla a questão da deterioração ambiental, por apresentar potencial para configurar-se como uma ameaça de intervenção militar externa; e a terceira está relacionada a um eventual transbordamento das ações da narcoguerrilha para o território dos Estados vizinhos (GUERREIRO, 2009, p. 55).

“[...] uma das potenciais ameaças seria uma guerra assimétrica na Amazônia, ou seja, uma guerra contra uma potência muito superior, que nos forçaria a uma guerra de resistência nacional... Outros cenários incluiriam uma ação militar de um país vizinho patrocinado por uma grande potência, bem como incursões de forças irregulares ou paramilitares (UNGER, 2008)⁵

Considerando essas possíveis ameaças, que poderiam redundar em ações com envolvimento militar, é conveniente que se esteja a par do posicionamento de algumas dessas tropas estrangeiras localizadas ou atuando próximas às nossas fronteiras na região amazônica.

Segundo Abreu (2002), O Comando Sul⁶ dos EUA possui três “Localidades de Operações Avançadas (*Forward Operating Locations – FOL*)” localizadas em Manta (Equador), com previsão de ser desativada em 2010, Rainha Beatrix/Hato (Aruba/Curaçao) e

⁵ UNGER, Mangabeira. Entrevista coletiva. 2008. Brasília. Disponível em <<http://www.tempopresente.org.>>. Acesso em: 30jun. 2009.

⁶ Comando Sul dos EUA - Grande Comando Combinado de que dispõe o Departamento de Defesa norte-americano para operacionalizar decisões político-estratégicas para a América Latina e Caribe (ABREU, 2002)

Comalapa (El Salvador) que estabelecem uma cobertura geográfica associada à estratégia americana de manter a presença e o monitoramento do espaço aéreo na América Latina e no Caribe, incluindo parte do território brasileiro, particularmente a região amazônica.

O principal argumento para a instalação das FOL em território estrangeiro, mediante contratos de arrendamento temporário das instalações, é a necessidade de presença contínua norte-americana no combate ao narcotráfico (ABREU, 2002).

No Equador, militares norte-americanos, particularmente das forças especiais, freqüentam, durante o ano, cursos de operações na selva no Centro de Guerra na Selva, do Exército do Equador, com o objetivo de se adestrarem nesse ambiente operacional (ABREU, 2002).

Merece destaque a instalação da FOL norte-americana no Equador, mediante o contrato de arrendamento da Base Aérea e Naval de Manta até 2010, que concede aos EUA suporte estratégico bem estruturado, para operações na América do Sul (ABREU, 2002).

Quanto à Colômbia, são os seguintes os sítios com presença militar dos EUA: estações de radar dos EUA, em San Andrés e em Riohacha/La Guajira; Comando Específico do Oriente, do Exército, em Puerto Carreño/Vichada; Comando da Força Tarefa Conjunta do Sul (FTCS), em Tres Esquinas/Caquetá. Junto à FTCS há um Centro de Inteligência, operado integralmente pelos norte-americanos no combate à narcoguerrilha; 12ª Brigada de Infantaria/FTCS, em Florencia/Caquetá; 24ª Brigada de Infantaria/FTCS, em Mocoa/Putumayo; Grupo Aéreo do Sul/FTCS, em Tres Esquinas/Caquetá; Força Naval do Sul/FTCS, em Puerto Leguízamo/Putumayo; Brigada Antinarcóticos/FTCS, em Tres Esquinas/Caquetá; e Radar fixo dos EUA, em Letícia/Amazonas (fronteira Colômbia-Brasil) (ABREU, 2002).

Vale salientar aqui a recente negociação envolvendo uma possível cessão de bases militares para tropas americanas na Colômbia, com a justificativa de que fazem parte do Plano Colômbia⁷. Negocia-se o uso de sete bases, sendo três delas aéreas. Tal fato tem preocupado as autoridades sul americanas, inclusive as brasileiras:

O Brasil ainda não sabe exatamente o objetivo e o alcance das bases que seriam usadas pelos americanos. Desconfia-se da justificativa dada por Washington de que o uso das bases não seria propriamente militar[...] Não acho que fique ameaçada a soberania brasileira, mas não me parece que perto da fronteira da Amazônia (brasileira), que muitas vezes é objeto de cobiça internacional, seja positivo o estabelecimento de bases cujos alcance e objetivos não estão muito claros (GARCIA, 2009).

⁷ Plano Colômbia – Programa americano de ajuda civil e militar contra o narcotráfico e a guerrilha na Colômbia, iniciado em 2000, com aporte de US\$ 3,5 bilhões em programas militares e não-militares (US\$ 1,8 bilhão). Inclui presença de centenas de assessores militares.

As autoridades de vários países sul americanos e Espanha têm exigido explicações por parte de autoridades americanas e colombianas, pois não houve consulta aos países vizinhos quanto à negociação para o acordo militar, o que gerou tensão diplomática entre a Colômbia e Venezuela (GARCIA, 2009)

Em 9 de abril de 2001, foi assinado, com o Presidente da República da Guiana, um Acordo Marítimo denominado *Maritime Law Enforcement Agreement*, e um Acordo de Vigilância Aérea, o que permite o patrulhamento e o controle das águas territoriais e do espaço aéreo guianense por meios norte-americanos, além da instalação de meios de vigilância aérea no Aeroporto Internacional do país (ABREU, 2002).

Em Aruba e Curaçao, Antilhas Holandesas, há postos aéreos americanos em instalações cedidas em aeroportos até 2010 (GARCIA, 2009).

Observa-se que a maior influência norte-americana faz-se sentir nos países do Arco Andino, seguramente os mais envolvidos com a repressão, produção e comercialização de drogas ilícitas. Com a justificativa de combate ao narcotráfico, os EUA mantêm tropas em quase toda a América do Sul, particularmente em torno da Amazônia (JUNIOR, 2006).

Diante de tais fatos e ainda com o surgimento da nova ordem Internacional, capitaneada pelos G7⁸, que atuam como uma polícia internacional, com ou sem a anuência da Organização das Nações Unidas (ONU), é lícito que estejamos prontos à garantia de nossa soberania na região independente de qualquer ajuda externa.

É necessário que estejamos conscientes, à luz dos exemplos do Iraque e Iugoslávia, de nossas limitações em fazer frente a uma eventual agressão partida de uma grande potência e da inconveniência em nos colocarmos sob a proteção de uma organização internacional, seja ela a ONU ou a Organização dos Estados Americanos (OEA), como propõe o norte-americano MacNamara⁹ (RIBEIRO, 2000, p.153).

Ou seja, as ameaças existentes, aliadas às tropas estrangeiras no entorno de nossas fronteiras com a Amazônia, podem vir a configurar cenários que não convém deixar de ser analisados e à luz desses cenários é que a nossa estratégia de defesa da Amazônia deve ser traçada.

⁸ G7 – Seis países mais industrializados do planeta e mais a Rússia.

⁹ Robert Strange MacNamara - empresário e político estadunidense. Foi secretário de Defesa dos Estados Unidos de 1961 a 1968, durante a Guerra do Vietnã. Foi também presidente do Banco Mundial de 1968 a 1981.

4 O ATUAL PENSAMENTO ESTRATÉGICO MILITAR BRASILEIRO

Bergo (2005), afirma que estratégia significa – “aplicar poder para se atingir um objetivo” - enquanto Júnior (2006) a define de maneira ampla – “é o processo de inter-relacionar fins com meios” - donde concluímos que é necessário estar cientes de nossos objetivos, dos nossos fins, para então definirmos a nossa estratégia.

A Política de Defesa Nacional (PDN) (BRASIL, 2005b) prioriza a Amazônia e o Atlântico Sul para a Defesa Nacional, devido à riqueza de recursos e à vulnerabilidade de acesso pelas fronteiras terrestres e marítimas.

A proteção à Amazônia brasileira é claramente explicitada. A PDN prevê a necessidade de executar uma série de ações estratégicas, visando à defesa das riquezas naturais e do meio ambiente. Nela contempla-se o fortalecimento da presença militar na região, a ação do Estado no desenvolvimento sócio-econômico e a cooperação com os países vizinhos (FLORÊNCIO, 2007).

As políticas e ações definidas pelos diversos setores do Estado brasileiro deverão contribuir para a consecução dos objetivos da Defesa Nacional. Para alcançá-los, devem-se observar as seguintes diretrizes estratégicas:

[...] IV - incrementar a interoperabilidade entre as Forças Armadas, ampliando o emprego combinado;

[...] VI - aumentar a presença militar nas áreas estratégicas do Atlântico Sul e da Amazônia brasileira;

[...] XV - implementar ações para desenvolver e integrar a região amazônica, com apoio da sociedade, visando, em especial, ao desenvolvimento e à vivificação da faixa de fronteira; [...] (BRASIL, 2005b, p. 10).

Enfim, é nessa moldura em que nos situamos, e sendo assim, a estratégia militar deve visualizar um país de grande potencial, que deve estar entre as grandes nações do mundo.

O Brasil é um país pacífico, sem inimigos e sem pretensões territoriais que o leva a assumir naturalmente uma postura de não beligerância. A postura estratégica de dissuasão, dessa forma, eleva-se de significativa importância, pois, apesar de nossa política de não intervenção, devemos deixar claro nossa predisposição a impedir qualquer ameaça a nossa soberania.

A nossa postura pacífica pode levar-nos a perguntar se precisamos nos defender e a resposta pode parecer óbvia, no entanto, no mundo real de busca de interesses não podemos descartar a possibilidade de antagonismos, que podem tornar fácil a ocorrência de conflitos e

entrechoques que nem sempre são contornáveis através de negociações o que pode acontecer sem grandes prazos de aviso prévio (PEREIRA, 2008).

Diante das particularidades inerentes ao cenário Amazônico, o Poder Naval, devido a suas características básicas: mobilidade, permanência, versatilidade e flexibilidade, é sem dúvida um fator de extrema importância na elaboração da estratégia militar para a região.

Conforme a Doutrina Básica da Marinha (DBM), uma das tarefas básicas do Poder Naval é contribuir para a dissuasão, com a devida preparação dos meios materiais e de pessoal.

A dissuasão realizada com o emprego de meios convencionais é concretizada, principalmente, pela existência de um Poder Naval adequado, aprestado e balanceado, que inspire credibilidade quanto ao seu emprego e a evidencie, por atos de presença ou demonstrações de força, quando e onde for oportuno (BRASIL, 2004a. p. 3-4).

Sem dúvida a dissuasão é fundamental no cenário amazônico e para tal, Elkfury (2001) afirma que “a postura estratégica de caráter dissuasório, demanda um poder militar com credibilidade suficiente para inibir ambições” e é nesse contexto que a MB tem envidado esforços para estabelecer forças que atendam o que enfatiza a Estratégia Nacional de Defesa (END) (BRASIL, 2008): “A defesa da Amazônia exige avanço de projeto de desenvolvimento sustentável e passa pelo trinômio controle, mobilidade e presença”.

Dentro desta linha de raciocínio, a Estratégia Militar de Defesa (EMiD) contempla diversos procedimentos a serem seguidos, dentre os quais podemos enumerar alguns, citados por Bergo (2005), que se aplicam perfeitamente ao cenário amazônico:

a) estabelecimento e manutenção de forças ágeis, organizadas em escalões adequadamente compactos e dotadas de meios modernos e ampla capacidade de deslocamento, mantendo-as constantemente adestradas e aprestadas para as missões específicas (operações na selva);

b) intensificação de intercâmbios com países vizinhos, ampliando medidas de confiança mútua e interagindo ações;

c) implantação de um sistema logístico integrado e funcional, capacitado a apoiar as tropas em operações em qualquer lugar, sob quaisquer condições e durante o tempo que for necessário;

d) estabelecimento de um sistema de mobilização nacional, com uma legislação adequada e principalmente com a conscientização da sociedade de que ela é a responsável maior pela sua própria segurança;

e) intensa coordenação entre as forças terrestres, aeroespaciais e navais, no mais amplo espectro, prevendo integração dos sistemas comuns e a capacitação para sincronização de ações simultâneas em todo o campo de batalha, envolvendo mais de uma força indo além da linearidade ou ações sucessivas;

f) estudo do conceito chinês de operações militares de não-combate, uma forma de atuação em que forças militares empregam o poder, porém sem o confronto direto - uma ferramenta a mais de dissuasão;

Como se pode observar, são muitos os desafios, várias medidas a serem tomadas e implementadas, no entanto não devemos esquecer que o país que não traçar seus próprios rumos os terá ditados por outro.

Independente de qualquer ação que venha a ser realizada na região para garantia de nossa soberania, em caso de qualquer ameaça que nos leve ao planejamento estratégico militar que vise o emprego de forças no cenário amazônico, é inevitável que estas estejam prontas e preparadas para realizar operações ribeirinhas.

5 OPERAÇÕES RIBEIRINHAS NO CENÁRIO AMAZÔNICO

Os ambientes ribeirinhos apresentam características muito particulares. Diversos fatores como: correntes fluviais, configuração das margens, obstáculos naturais submersos e flutuantes, dentre outros, podem restringir a mobilidade das forças navais. A mobilidade terrestre é dificultada, ou mesmo impedida, não só pela presença de numerosos cursos d'água e de grandes extensões de terreno alagado, como também pela ausência de vias terrestres de comunicação e pela existência de vegetação densa (BRASIL. 2005a. p. 1-1).

Coerente com os objetivos nacionais fundamentais, particularmente os da soberania e da integridade do patrimônio nacional e para fazer face às ameaças, grande atenção tem sido dada à Amazônia brasileira, a fim de assegurar uma estratégia dissuasória compatível com sua importância. Novos equipamentos, táticas, técnicas e adaptações vêm sendo alvo de estudos e testes na busca de uma doutrina coerente com as reais necessidades do Teatro de Operações Amazônico.

Nesse tipo de cenário é comum a realização de Operações Ribeirinhas (OpRib), definida no Manual de Operações Ribeirinhas (ComOpNav-543) como “aquela realizada com o propósito de obter e manter o controle de parte ou de toda uma Área Ribeirinha, ou para negá-la ao inimigo (BRASIL. 2005a. p. 2-1).

Nas OpRib é inviável o controle de hidrovias sem o controle das margens adjacentes daí a necessidade de que os elementos da tropa estejam ligados permanentemente aos navios o que diferentemente de outras operações, exige adestramento específico e constante devido à necessidade de se manter todos os meios e tropa integrados.

Para atender os fatores acima mencionados e cumprir com sua missão na região, a MB conta com meios do 4º e 9º Distritos Navais (DN), sediados em Belém-PA e Manaus-AM, respectivamente.

Os meios Navais, Aeronavais e de Fuzileiros Navais desses DN devem estar em condições de constituir forças tarefas com as características inerentes ao Poder Naval e capazes de serem empregadas rapidamente, pressupondo-se, para tanto, um elevado nível de prontidão, não sendo desejável depender de meios localizados em áreas distantes, como por exemplo, do Rio de Janeiro.

Dessa forma o Plano Estratégico da Marinha (PEM), referindo-se especificamente à Amazônia, afirma que a Força Naval deverá dispor de helicópteros, meios de apoio logístico móvel e meios de inspeção naval, além de meios de fuzileiros navais especializados em

operações ribeirinhas e em guerra na selva, atualizados e em quantidade que permitam defender a região, combinadamente, com o Exército Brasileiro (EB) e com a Força Aérea Brasileira (FAB) (BRASIL, 2004b. p. 7-4).

A preocupação de nossas autoridades com a região é evidenciada também na END, quando afirma que o Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) deverá estar em permanente condição de pronto emprego e que, nas vias fluviais, serão fundamentais para assegurar o controle das margens durante as operações ribeirinhas (BRASIL, 2008).

Dessa forma, juntamente com o EB e com a FAB, a MB tem realizado freqüentemente exercícios de grande envergadura em áreas preestabelecidas na região amazônica, ou seja, operações combinadas, em que as três forças atuam sob um comando único, de forma a acentuar a presença e deixar clara a capacidade de defesa na região.

Os exercícios combinados vêm contribuindo para o desenvolvimento da interoperabilidade entre as forças, além de prepará-las para os vários cenários possíveis, seja numa guerra assimétrica, contra uma força muito superior, ou contra uma força similar ou inferior.

Os imperativos de flexibilidade e de elasticidade culminam no preparo para uma guerra assimétrica, sobretudo na região amazônica, a ser sustentada contra inimigo de poder militar muito superior, por ação de um país ou de uma coligação de países que insista em contestar, a pretexto de supostos interesses da Humanidade, a incondicional soberania brasileira sobre a sua Amazônia (BRASIL, 2008).

O Brasil não tem ameaça militar perfeitamente identificada nos dias de hoje. Entretanto, nada garante que não os terá no porvir. Sendo assim, o Poder Naval tem procurado manter a capacidade de dissuadir as possíveis ameaças, pois não se pode acreditar na capacidade de improvisar no caso de uma emergência vir a acontecer.

Após sete anos servindo no Grupamento de Fuzileiros Navais de Belém, dos quais, quatro como Oficial de Logística e dois como Oficial de Operações, o autor constatou as dificuldades impostas pela região. O ambiente adverso, com chuvas abundantes e alta umidade, aliado ao ambiente de selva, exigem cuidado especial quanto à manutenção do material que sofre desgaste excessivo, o que aliado às limitações do comércio e indústria locais dificultam a manutenção de itens de maior complexidade tecnológica.

A mobilidade terrestre é dificultada, ou mesmo impedida, as condições meteorológicas sofrem variações bruscas, o que causa um grande desgaste ao pessoal e as comunicações são extremamente afetadas, dificultando o controle e conferindo alto grau de liberdade de ação para frações da tropa que em muitas ocasiões atuam isoladamente. É

fundamental que cada militar saiba tirar o máximo proveito do que o ambiente de selva oferece a fim de cumprir suas tarefas.

Todas esses obstáculos, somados à escassez de recursos, evidenciam a dura realidade de se operar na região, no entanto não impedem que o Poder Naval ali presente não cumpra a sua missão.

Anualmente são realizados vários exercícios de OpRib na região, no entanto a imensidão da Amazônia requer que se varie constantemente os locais de atuação, o que traria grandes vantagens, tais quais: conhecimento da área, relacionamento com a população e ambientação da tropa, no entanto isso nem sempre é possível, pois a falta de recursos por vezes impede que se opere em áreas diferentes.

Não obstante, independente dessas dificuldades, apenas a capacidade de manter uma Força em condições de operar em qualquer área da região amazônica já demonstra a capacidade de reagir a qualquer tipo de aventura em nosso território. A simples presença em áreas de importância estratégica para a realização de exercícios traria grandes benefícios, de maneira que poderiam ser atingidos objetivos múltiplos, quais sejam, no nível tático, adestrar e, no nível estratégico, contribuir para a dissuasão.

Paralelamente à realização de exercícios operativos, vale ressaltar a realização de ações cívico sociais nessas regiões, que cooperam com o desenvolvimento nacional e contribuem sobremaneira para angariar a simpatia da população local.

A presença de nossas tropas nos recantos mais distantes materializa a presença do Estado brasileiro, num exercício de cidadania que tem grande valor estratégico. Promove-se uma saudável integração com a sociedade local, principalmente por se tratar de classes mais carentes, afastadas dos grandes centros e que passam por dificuldades de toda natureza, sem o conforto oferecido pela sociedade moderna.

6 CONCLUSÃO

Numa região tão inóspita, de difícil acesso e imensos espaços vazios, que a grande maioria dos brasileiros desconhece, repousa uma grande riqueza herdada de nossos antepassados ao custo de muita coragem, ousadia e visão estratégica.

A existência de vários recursos minerais, a sua importância para a biotecnologia, a sua potencialidade energética dentre outras características, tornam a região suscetível à cobiça alheia e dessa forma

Apesar de nossas dificuldades diante da escassez de recursos, é dever manter a nossa soberania sobre a região a despeito das pressões internacionais.

Para tal, é importante que estejamos cientes da necessidade de estarmos prontos para qualquer ação, seja ela de qualquer natureza. O esforço coordenado e um bom planejamento são fundamentais, e como parte desse planejamento, avulta de importância o preparo de nossas forças para a realização de OpRib.

A nova END apresenta metas ousadas quanto a Amazônia, porém necessárias, e caso venham a ser implementadas, será mais um passo importante na garantia de nossa soberania. Nesse contexto é imprescindível que tenhamos condições de atuar em qualquer local da região.

Dessa forma a MB tem como bastante atual o antigo ditado romano *Si vis pacem para bellum*, e assim, no que diz respeito ao cenário amazônico, busca manter o alto nível de adestramento e aprestamento de seus meios principalmente na realização de operações ribeirinhas.

REFERÊNCIAS

ABREU, José Alberto da Costa. Presença Norte Americana nos Países da América do Sul. 2002. 52f. Monografia (Curso de Política, Estratégia e Alta administração do Exército) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2002.

BERGO, Márcio Tadeu Bettega. *O atual pensamento estratégico militar brasileiro*. A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, n. 802, p.3 -12, mai/ago 2005.

BRASIL, Estado-Maior da armada. EMA-305. *Doutrina Básica da Marinha*. Brasília. 2004a.

_____, Estado-Maior da armada. EMA-300. *Plano Estratégico da Marinha*. Brasília. 2004b.

_____, Comando de Operações Navais. ComOpNav-543 (RES). *Manual de Operações Ribeirinhas*. Rio de Janeiro. 2005a.

_____, Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005. Aprova a *Política de Defesa Nacional* (PDN). Brasília, DF. 2005b.

_____, Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008. Aprova a *Estratégia Nacional de Defesa*. Brasília. DF. 2008.

BENJAMIM, Cezar. *Encruzilhada Amazônica*. Folha de São Paulo. 17 de maio de 2008.

CASTRO, Therezinha de. *Atlas-texto de Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: Capemi Editora, 1981.

COLITT, Raymond. *Reuters*. Brasil prepara estratégia em cenário de invasão da Amazônia:

Disponível em:

<http://www.tempopresente.org/index.php?option=com_content&task=view&id=3696&Itemid=148>. Acesso em: 15jun. 2009.

ELIA, Rui da Fonseca. *A Marinha na Amazônia Ocidental*. Revista Marítima Brasileira. Rio de Janeiro. v. 120 n. 7/9, jul/set 2000.

ELKFURY, José Henrique Salvi. *Batalhão de Operações Ribeirinhas*. O Anfíbio. Revista do Corpo de Fuzileiros Navais. nº 20 – Ano XXI – 2001. p. 61.

FLORENCIO, Marcos José. *A Amazônia azul e o ouro negro*. 23f. Monografia (Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores) – Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2007.

FREITAS, Jorge Manoel da Costa. *A Escola Geopolítica Brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2004.

GAMA E SILVA, Roberto. *Amazônia brasileira*. Revista Marítima Brasileira. Rio de Janeiro. v. 120 n. 01/03, jan/mar 2000.

GAMA E SILVA, Roberto. *A Amazônia e a Cobiça Internacional*. Revista Marítima Brasileira. Rio de Janeiro. v. 128 n. 04/06, abr/jun 2008.

GAMA E SILVA, Roberto. *Estratégia de defesa da Amazônia brasileira*. Disponível em: <<http://resistenciamilitar.blogspot.com/2009/02/estrategia-de-defesa-da-amazonia.html>> Acesso em: 30jun. 2009.

GUERREIRO, Antônio Carlos Soares. *Integração militar regional na América do Sul*. A viabilidade de um sistema regional de segurança coletiva. Revista Marítima Brasileira. Rio de Janeiro. v. 129 n. 01/03, jan/mar 2009.

JUNIOR, Rudibert Kilian. *A evolução da conjuntura no entorno estratégico do Brasil e seus reflexos para o Corpo de Fuzileiros Navais*. O Anfíbio. no 25 - Ano XXVI - 2006. p. 9-18.

PEREIRA, Mauro César Rodrigues. *Pensamento Estratégico e Defesa Nacional*. Revista Marítima Brasileira. Rio de Janeiro. v. 128 n. 10/12, out/dez. 2008.

RIBEIRO, Osmar José de Barros. *Amazônia, mídia e desinformação*. A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, n. 788, p.153 -157, set/dez 2000.

SANTOS, Jorge Calvário. *Amazônia: Quinhentos anos de cobiça*. A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, n. 788, p.98 -119, set/dez 2000.

SUN TZU. *A arte da Guerra*. Adaptação e Prefácio de James Clavell. 10ª Ed. 1983. Editora Record. 1983.

TOSTA JR., W. *Amazônia sem paranóia nem ingenuidade*. Rio de Janeiro: Revista Eletrônica Boletim do TEMPO, Ano 3, n. 11, Rio, 2008. [ISSN 1981-3384]: Disponível em <http://www.tempopresente.org/index.php?option=com_content&task=view&id=3766&Itemid=147>. Acesso em 15jun. 2009.